

Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Informações Financeiras Intermediárias
Referentes aos Períodos de Três e Seis meses
Findos em 30 de Junho de 2025 e
Relatório do Auditor Independente sobre a
Revisão das Informações Financeiras Intermediárias

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

CONTEÚDO	Página
Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias	1
Balanços patrimoniais	2
Demonstrações do resultado	3
Demonstrações do resultado abrangente	4
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstrações dos fluxos de caixa	6
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Tropicália Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

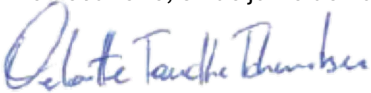
Alcance da revisão

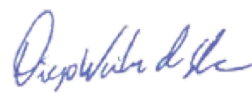
Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), aplicável à elaboração de informações financeiras intermediárias.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 2025


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ


Diego Wailer da Silva
Contador
CRC nº 1 RS 074562/O-3

TROPICÁLIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	30/06/2025	31/12/2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30/06/2025	31/12/2024
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	19	21	Fornecedores	8	547	765
Títulos e Valores Mobiliários	4	15.101	14.738	Debêntures	9	15.991	15.538
Concessionárias e Permissionárias	5	17.212	16.573	Impostos e contribuições a recolher		2.796	2.666
Concessão do Serviço Público (Ativo Contratual)	7	99.895	97.744	Dividendos e Juros sobre capital próprio		4.462	15.962
Despesas antecipadas		105	196	Encargos setorial		1.570	1.403
Imposto a compensar		1.553	1.321	Arrendamento imobiliário		115	154
Cauções vinculados	6	14.434	14.467	Outros passivos circulantes		687	1.186
Outros ativos circulantes		575	440			26.168	37.674
		148.894	145.500				
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo				Tributos Diferidos	10	179.834	172.077
Cauções vinculados	6	19.184	18.091	Debêntures	9	599.357	584.131
Depósitos judiciais		602	587	Arrendamento imobiliário		61	161
Concessão do Serviço Público (Ativo Contratual)	7	926.265	914.471			779.252	756.369
Imobilizado		2.042	1.849	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11		
Intangível		70	79	Capital social		58.000	58.000
		948.163	935.077	Reserva legal		11.600	11.600
				Reserva de lucros a realizar		193.113	204.613
				Reserva de incentivos fiscais		12.321	12.321
				Lucros acumulados		16.603	-
						291.637	286.534
TOTAL DO ATIVO		1.097.057	1.080.577	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.097.057	1.080.577

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

TROPICÁLIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
		30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12	35.606	35.504	70.365	70.246
Custo de operação e manutenção	13	(2.018)	(2.042)	(3.780)	(3.674)
LUCRO BRUTO		33.588	33.462	66.585	66.572
Despesas Operacionais	14	(1.441)	(1.122)	(2.888)	(2.299)
Outras Receitas		-	-	57	-
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		32.147	32.340	63.754	64.273
Receita Financeira		1.142	942	2.113	1.887
Despesa Financeira		(14.190)	(13.513)	(33.412)	(30.029)
RESULTADO FINANCEIRO	15	(13.048)	(12.571)	(31.299)	(28.142)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		19.099	19.769	32.455	36.131
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO	10.b	(4.666)	(5.161)	(7.852)	(7.931)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		14.433	14.608	24.603	28.200
RESULTADO POR AÇÃO (R\$)		0,14	0,14	0,24	0,28

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

TROPICÁLIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	14.433	14.608	24.603	28.200
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	14.433	14.608	24.603	28.200

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

TROPICÁLIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva de Lucros a realizar	Reserva de Incentivos Fiscais		
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	11	58.000	11.600	218.684	9.720	-	298.004
Lucro líquido do período		-	-	-	-	28.200	28.200
Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	(8.000)	(8.000)
Pagamento de dividendos		-	-	(14.019)	-	-	(14.019)
EM 30 DE JUNHO DE 2024	11	58.000	11.600	204.665	9.720	20.200	304.185
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	11	58.000	11.600	204.613	12.321	-	286.534
Lucro líquido do período		-	-	-	-	24.603	24.603
Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	(8.000)	(8.000)
Pagamento de dividendos		-	-	(11.500)	-	-	(11.500)
EM 30 DE JUNHO DE 2025	11	58.000	11.600	193.113	12.321	16.603	291.637

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

TROPICÁLIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	30/06/2025	30/06/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período		24.603	28.200
Ajustes:			
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	10	7.852	7.931
Depreciação e amortização		108	79
Amortização de arrendamento por direito de uso		129	65
Juros e atualização sobre debêntures	9	32.654	29.303
Amortização do custo de captação de debêntures	9	372	384
Juros sobre arrendamento por direito de uso		14	11
Rendimento de títulos e valores mobiliários	15	(2.177)	(1.715)
Atualização monetária sobre depósitos judiciais		(15)	(246)
Remuneração do ativo de contrato	12	(58.875)	(59.242)
		<u>4.665</u>	<u>4.770</u>
Variações nos ativos e passivos:			
Concessionárias e permissionárias	7	(639)	(1.509)
Ativo de contrato		44.930	44.816
Despesas antecipadas		91	(172)
Imposto de renda retido na fonte		(232)	(311)
Outros ativos		(135)	(1.008)
Fornecedores	8	(218)	(343)
Impostos e contribuições a recolher		168	210
Imposto de renda e contribuição social pagos		(133)	(400)
Outros passivos		(332)	(710)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>48.165</u>	<u>45.343</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível		(421)	(216)
Aplicação em títulos e valores mobiliários		(130.979)	(163.528)
Resgate em títulos e valores mobiliários		131.733	166.825
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento		<u>333</u>	<u>3.081</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Amortização de principal de arrendamento de direito de uso		(153)	(72)
Pagamento de juros sobre as debêntures	9	(15.100)	(14.091)
Amortização de principal das debêntures	9	(2.247)	(2.149)
Pagamento de dividendos	11	(23.462)	(5.749)
Pagamento de juros sobre capital próprio	11	(7.538)	(26.361)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(48.500)</u>	<u>(48.422)</u>
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(2)</u>	<u>2</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		21	17
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		19	19

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

TROPICÁLIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Tropicália Transmissora de Energia S.A. (“TROPICÁLIA” ou “Companhia”), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 15 de abril de 2016.

Em 28 de outubro de 2016, o Consórcio CP II, foi vencedor do Lote 1 da 2ª Etapa do Leilão de Transmissão nº 013/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Com o propósito único e exclusivo de construir, implantar, operar e manter as instalações do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, composto pela Linha de Transmissão de 500 kV entre as Subestações Sapeaçu e Poções III, com 245,1 km de extensão, foi utilizada a SPE Tropicália Transmissora de Energia S.A.

A Linha de Transmissão está integralmente localizada no Estado da Bahia e tem como objetivo atender à expansão do Sistema Interligado Nacional - SIN. A linha atravessa 17 municípios: Sapeaçu, Castro Alves, Conceição do Almeida, Varzedo, São Miguel das Matas, Amargosa, Laje, Jiquiriçá, Ubaira, Cravolândia, Itaquara, Jaguaquara, Mutuípe, Jequié, Manoel Vitorino, Boa Nova e Poções, todos no sul da Bahia.

A Linha aumentou a capacidade de transmissão de energia da interligação Nordeste-Sudeste, permitindo o adequado escoamento dos atuais e futuros empreendimentos de geração, predominantemente parques eólicos, previstos para serem implantados no Nordeste, mitigando o risco de déficit de energia elétrica da região Sudeste do país.

O Contrato de Concessão nº 01/2017-ANEEL, que regula a concessão do serviço público de transmissão do lote 1 do Edital da 2ª Etapa do Leilão 013/2015 - ANEEL, foi assinado pela Companhia em 10 de fevereiro de 2017 e permanecerá em vigor por 30 anos, ou seja, até fevereiro de 2047.

A concessionária é remunerada pela Receita Anual Permitida (RAP) ofertada no processo licitatório, regulada pelas cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita contratada na data do Leilão (R\$76,7 milhões - base jul./16) será reajustada anualmente pelo IPCA, e sofrerá três revisões, previstas para o 5º, 10º e 15º ano da concessão. Ademais, esta é uma remuneração por disponibilidade, independentemente da quantidade de energia transmitida no período, que passará a ser recebida quando da entrada em operação comercial reconhecida pelo ONS e autorizada pela Aneel.

A Companhia entrou em operação em janeiro de 2021 através do Termo de Liberação Definitivo - TLD emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e por meio da Resolução Homologatória nº 2.725, de 14 de julho de 2020. Em 4 de julho de 2023 através da Resolução Homologatória nº 3.216 estabelecendo as receitas anuais permitidas para o ciclo de 2023-2024 no valor de R\$109.065 (base julho 2023). Em 16 de julho de 2024, foi divulgado pelo órgão regulador a Resolução Homologatória nº 3.348 que estabelecendo as receitas anuais permitidas para o ciclo de 2024-2025 no valor de R\$113.348 (base julho 2024).

A Receita de remuneração do ativo contrato é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita efetiva que remunera o ativo de contrato é de 8% a.a.

1.1. Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia (“demonstrações financeiras”) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) em consonância com a lei das S.A. e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Diretoria em 31 de julho de 2025.

As práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anuais da Companhia relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2024, disponíveis no site <https://tropicaliatransmissora.com.br/informacoes-financeiras/>, e por isso devem ser lidas em conjunto.

1.2. Novas normas e interpretações não efetivas

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), não trouxeram impactos significativos em relação àquelas divulgados na nota nº 3.11 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

2. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

2.1. Fatores de risco financeiro

a. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações da Administração da Companhia. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 30 de junho de 2025.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações da Administração da Companhia e com Instituições Financeiras Brasileiras de reconhecida liquidez.

No que concerne as contas a receber, a RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários de transmissão de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios.

O ONS delega às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo.

b. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades de implantação do negócio.

c. Valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 30 de junho de 2025 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

- (i) Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, outros ativos e fornecedores.

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

2.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Instrumentos financeiros por categoria

	30/06/2025	
	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários	15.101	15.101
Caução vinculado	33.618	33.618
	<u>48.719</u>	<u>48.719</u>
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	19	19
Contas a receber	17.212	17.212
	<u>17.231</u>	<u>17.231</u>
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	547	547
Debêntures	615.348	615.348
	<u>615.895</u>	<u>615.895</u>

	31/12/2024	
	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários	14.738	14.738
Caução vinculado	32.558	32.558
	<u>47.296</u>	<u>47.296</u>
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	21	21
Contas a receber	16.573	16.573
	<u>16.594</u>	<u>16.594</u>
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	765	765
Debêntures	599.669	599.669
	<u>600.434</u>	<u>600.434</u>

2.3. Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários, registrados ao valor justo por meio de resultado e custo amortizado, são classificados como nível 2. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - “Inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

2.4. Análise de sensibilidade

O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Companhia, com cenário mais provável (Cenário Atual) segundo avaliação efetuada pela Administração.

São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

30/06/2025					
Premissas	Efeito das Contas sobre Resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
	Títulos e Valores Mobiliários	15.101	339	426	564
CDI %	Caução vinculado	33.618	754	729	1.256
IPCA %	Debêntures	615.348	22.291	29.721	37.152

31/12/2024					
Premissas	Efeito das Contas sobre Resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
	Títulos e Valores Mobiliários	14.738	1.204	1.605	2.006
CDI %	Caução vinculado	32.558	2.659	3.545	4.431
IPCA %	Debêntures	599.669	21.723	28.964	36.205

3. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	30/06/2025	31/12/2024
Caixa	5	4
Banco	14	17
	<u>19</u>	<u>21</u>

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	30/06/2025	31/12/2024
Certificados de depósitos bancários	115	13.220
Debêntures	14.986	1.518
	<u>15.101</u>	<u>14.738</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDB e títulos de Dívida-Debêntures realizada com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	30/06/2025	31/12/2024
A vencer	12.246	12.242
Vencido	4.966	4.331
	<u>17.212</u>	<u>16.573</u>

Em função do alto giro das concessionárias e permissionárias, não se fazem necessárias ajuste a valor presente. A Companhia não possui provisão para perda esperada de crédito.

6. CAUÇÃO VINCULADO

Referem-se a aplicações financeiras (indexados pelo CDI), requeridas em contrato de emissão de debêntures, com a finalidade de garantia real.

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Circulante</u>		
Certificados de depósitos bancários	14.434	14.467
	<u>14.434</u>	<u>14.467</u>
<u>Não Circulante</u>		
Certificados de depósitos bancários	19.184	18.091
	<u>19.184</u>	<u>18.091</u>

7. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Circulante</u>		
Ativo Contratual	99.895	97.744
	<u>99.895</u>	<u>97.744</u>
<u>Não Circulante</u>		
Ativo Contratual	926.265	914.471
	<u>926.265</u>	<u>914.471</u>

Fluxo de recebimento de caixa referente à remuneração dos investimentos de implementação de infraestrutura de transmissão de energia elétrica. Inclui parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis).

A movimentação dos saldos referente aos ativos contratuais da Companhia está assim apresentada:

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	1.012.215	990.176
Remuneração do ativo de contrato	58.875	111.927
(-) Recebimentos	(44.930)	(89.888)
Saldo final	<u>1.026.160</u>	<u>1.012.215</u>

8. FORNECEDORES

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Cotesa	365	353
Bradesco Saúde	-	96
Pextron	-	65
Finep	38	-
Instituto Mauá	33	-
Chubb Brasil	-	64
Emilson	26	52
Fairfax Brasil	-	25
Outros	85	110
	<u>547</u>	<u>765</u>

9. DEBÊNTURES

Em julho de 2019 a Companhia assinou um mandato com o Banco Santander do Brasil S.A. para coordenar a emissão de debêntures simples, no valor de R\$407.000, em regime de garantia firme de colocação para captação de recursos no mercado de capitais local, sem cláusula de repactuação e não conversíveis em ações.

- Prazo: 24 anos (até agosto de 2043).
- Custo: IPCA + 5,0921%.
- Carência: 36 meses (até agosto de 2022).
- Juros apurados semestralmente - 1º Pagamento efetuado em agosto de 2021.
- Amortização exigível semestralmente após a carência.

Moeda Nacional	Taxa anual de juros a.a.	30/06/2025	31/12/2024
Debêntures	IPCA + 5,0921%	615.348	599.669
Principal		399.746	399.218
Juros		215.602	200.451
Passivo circulante		15.991	15.538
Não circulante		599.357	584.131

O montante registrado em principal e juros tem a seguinte composição:

Debêntures	31/12/2024	Provisão			Amortização		Apropriação do custo de captação	30/06/2025
		Principal	Juros	Atualização Monetária	Principal	Juros		
Debêntures	612.831	-	14.352	18.302	(2.247)	(15.100)	-	628.138
Custos de captação incorridos e pagos	(13.162)	-	-	-	-	-	372	(12.790)
Total	599.669	-	14.352	18.302	(2.247)	(15.100)	372	615.348

Debêntures	31/12/2023	Provisão			Amortização		Apropriação do custo de captação	30/06/2024
		Principal	Juros	Atualização Monetária	Principal	Juros		
Debêntures	589.902	-	14.284	15.019	(2.149)	(14.091)	-	602.965
Custos de captação incorridos e pagos	(13.946)	-	-	-	-	-	384	(13.562)
Total	575.956	-	14.284	15.019	(2.149)	(14.091)	384	589.403

Os vencimentos das parcelas do não circulante são as seguintes:

Vencimentos

2026	2.035
2027	4.070
2028	4.070
2029	6.105
Após 2030	583.077
	<u>599.357</u>

Garantias concedidas

- Fiança Bancária para 100% da dívida até “completion”.
- Garantias de Projeto: Ações da SPE + Direitos Creditórios/Emergentes da Concessão.

“Covenants” financeiros

Devido a essas debêntures, a Companhia fica obrigada a cumprir o seguinte índice:

- O índice de cobertura do serviço da dívida de no mínimo 1,20, calculado com a base no EBITDA nas demonstrações financeiras regulatórias.

Todas as cláusulas restritivas requeridas estão sendo atendidas.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social Passivos Diferidos

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Diferido Ativo</u>		
Prejuízos fiscais de imposto de renda	14.001	14.062
Bases negativas de contribuição social	4.700	4.798
	<u>18.701</u>	<u>18.860</u>
 <u>Diferido Passivo</u>		
Imposto de Renda diferido	145.982	140.395
Contribuição social diferida	52.553	50.542
	<u>198.535</u>	<u>190.937</u>
 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	<u>179.834</u>	<u>172.077</u>

Os impostos diferidos passivos foram constituídos, com base nos lançamentos de composição do ativo contratual da Companhia.

b. Efeitos no Resultado

	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	19.099	19.769	32.455	36.131
Juros sobre Capital Próprio	(4.000)	(4.000)	(8.000)	(8.000)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social (ajustado)	15.099	15.769	24.455	28.131
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição às alíquotas da legislação	5.134	5.361	8.315	9.564
Bônus e gratificações	-	8	6	22
Outros	(7)	(9)	(7)	6
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	596	1.777	596	2.219
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	4.531	3.583	7.717	7.373
	<u>5.127</u>	<u>5.360</u>	<u>8.313</u>	<u>9.592</u>
Lucro da Exploração (*)	(461)	(199)	(461)	(1.661)
Total	<u>4.666</u>	<u>5.161</u>	<u>7.852</u>	<u>7.931</u>

- (*) A Companhia localizada na Bahia é titular de empreendimento na área de atuação da SUDENE, ao qual suas atividades pertencem aos setores da economia considerados como prioritário para o desenvolvimento regional, a Companhia usufrui do incentivo de redução de 75% do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica IRPJ e adicionais não restituíveis, na modalidade de implantação, que promove a fruição do benefício fiscal por 10 anos.

A Companhia iniciou o aproveitamento do benefício em 2022, tornando a vigência: 01/01/2022 a 31/12/2031 sobre 100% da capacidade instalada.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro 2024 é de R\$58.000 (cinquenta e oito milhões de reais), representados por 101.000.500 ações ordinárias sem valor nominal.

	Quantidade de ações	Participação
BTG Pactual Infraestrutura Dividendos		
Fundo de Invest. Particip. Infraestrutura	101.000.500	100
	<u>101.000.500</u>	<u>100</u>

b. Destinação do resultado

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, quando aplicável, e a parcela destinada a reserva para subvenções de incentivos fiscais, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.
- 25% serão distribuídos como dividendo obrigatório.
- O saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral.

c. Reserva lucros

A reserva de lucros tem a seguinte composição: reserva legal, reserva de incentivos fiscais e reserva de lucros a realizar.

c.1. Reserva Legal

A constituição da reserva legal é obrigatória como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Companhia atingiu o percentual de 20% do capital social, conforme determina a Lei 6.404/76, art. 193.

c.2. Reserva de Incentivos Fiscais

A reserva de incentivos fiscais é concernente ao incentivo fiscal do imposto de renda sobre o resultado auferido da exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, concedido pela SUDENE. As subvenções são registradas contabilmente em conta destacada na demonstração do resultado e submetidas à Assembleia Geral para aprovação de sua destinação, considerando as restrições previstas no respectivo laudo constitutivo e na legislação fiscal vigente.

c.3. Reserva de Lucros a Realizar

A Reserva de lucros a realizar possui como finalidade reter a parcela do lucro do exercício não realizado em caixa ou equivalente de caixa e que exceda a perspectiva estratégica da Companhia de distribuição de montantes a pagar aos acionistas.

Concernentes ao pagamento de dividendos da conta de reserva de lucros, foram realizadas as seguintes deliberações:

- Reunião do Conselho de Administração de 22 de janeiro de 2025 deliberando a distribuição de dividendos, no montante de R\$11.500, liquidado em janeiro de 2025.

d. Dividendos propostos e Juros sobre capital próprio

No exercício de 2024, foi constituído dividendo mínimo obrigatório no valor de R\$11.962.

Os juros sobre capital próprio são calculados com base no saldo do patrimônio líquido, limitado à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. O efetivo pagamento ou crédito dos juros sobre capital próprio fica condicionado a existência de lucros (lucro líquido do exercício após a dedução da contribuição social sobre o lucro líquido e antes da dedução da provisão para o imposto de renda), computados antes da dedução dos juros sobre capital próprio, ou de lucros acumulados e reservas de lucros em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados.

Até 30 de junho de 2025, foram constituídos o total de R\$8.000 a título de Juros sobre Capital Próprio, e no exercício de 2024 o montante de R\$16.000.

Concernentes ao pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos propostos, foram realizadas as seguintes deliberações:

- Reunião do Conselho de Administração de 30 de dezembro de 2024, deliberando o pagamento de juros sobre capital próprio, no montante de R\$4.000, liquidado em janeiro de 2025.
- Reunião do Conselho de Administração de 18 de março de 2025, deliberando o pagamento dos dividendos mínimos obrigatório referente à distribuição do lucro líquido do exercício de 2024, no montante de R\$11.962, liquidado em abril de 2025.

	<u>30/06/2025</u>
Saldo inicial	15.962
Constituição de Juros sobre Capital Próprio	8.000
Pagamentos de Dividendos Mínimos Obrigatório	(11.962)
Pagamentos de Juros sobre Capital Próprio	(7.538)
Saldo em 30 de junho de 2025	<u>4.462</u>

12. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	<u>30/06/2025</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2025</u>	<u>30/06/2024</u>
Remuneração do ativo de concessão	29.657	29.986	58.874	59.242
Receita de O&M	6.775	6.801	13.481	13.448
Outras receitas	2.337	2.015	4.619	4.117
Total da receita bruta	38.769	38.802	76.974	76.807
(-) Pis/COFINS	(2.772)	(2.912)	(5.830)	(5.794)
(-) Encargo setorial	(391)	(386)	(779)	(767)
Total da receita líquida	<u>35.606</u>	<u>35.504</u>	<u>70.365</u>	<u>70.246</u>

As receitas relativas à infraestrutura de transmissão mensuradas sob o escopo do CPC 47 passaram a ser contabilizadas da seguinte forma:

- Receita de construção da infraestrutura de transmissão: reconhecida considerando uma margem, definida de acordo com as projeções do projeto, sobre o custo de construção.
- Receita de remuneração do ativo de contrato: calculada com base na taxa do projeto sobre o saldo do ativo contratual.
- Receita de operação e manutenção: reconhecida através dos AVCs disponibilizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.
- Outras receitas: proveniente de valor não arrecadado na apuração mensal dos serviços e encargos a título de Encargos de Uso dos Sistemas de Transmissão, em função dos descontos incidentes sobre as tarifas de que trata a Resolução Normativa nº 77.

13. CUSTOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	<u>30/06/2025</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2025</u>	<u>30/06/2024</u>
Pessoal	(377)	(281)	(657)	(487)
Material	(181)	(73)	(282)	(196)
Serviços de terceiros	(1.359)	(1.592)	(2.593)	(2.746)
Aluguéis	(64)	(60)	(125)	(116)
Seguros	(36)	(35)	(73)	(69)
Impostos e taxas	(1)	(1)	(50)	(60)
	<u>(2.018)</u>	<u>(2.042)</u>	<u>(3.780)</u>	<u>(3.674)</u>

14. DESPESAS OPERACIONAIS

	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Pessoal	(721)	(426)	(1.471)	(521)
Administradores	(270)	(212)	(483)	(738)
Material	(18)	(23)	(64)	(63)
Serviços de terceiros	(319)	(365)	(668)	(777)
Depreciação e Amortização	(57)	(40)	(108)	(79)
Aluguéis	(30)	(47)	(54)	(101)
Seguros	(14)	(3)	(23)	(5)
Impostos e taxas	(12)	(6)	(17)	(15)
	<u>(1.441)</u>	<u>(1.122)</u>	<u>(2.888)</u>	<u>(2.299)</u>

15. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
<u>Despesas financeiras</u>				
Tarifas bancárias	(64)	(62)	(130)	(123)
Juros e Atualização de Debêntures	(13.967)	(13.313)	(33.026)	(29.687)
Outras despesas financeiras	(159)	(138)	(256)	(219)
	<u>(14.190)</u>	<u>(13.513)</u>	<u>(33.412)</u>	<u>(30.029)</u>
<u>Receitas financeiras</u>				
Rendimento de aplicações	1.178	854	2.177	1.715
Outras receitas financeiras	20	134	39	264
(-) Tributos Receita Financeira	(56)	(46)	(103)	(92)
	<u>1.142</u>	<u>942</u>	<u>2.113</u>	<u>1.887</u>
	<u>(13.048)</u>	<u>(12.571)</u>	<u>(31.299)</u>	<u>(28.142)</u>

16. MEIO AMBIENTE

A Companhia obteve todas as Licenças Ambientais necessárias para a operação e a implantação do Projeto.

17. SEGUROS

Em 30 de junho de 2025, a cobertura de seguros era composta de:

Risco	Apólice	Vigência	Importância segurada
Responsabilidade Civil	16.51.0044860.12	25/10/2024 a 25/04/2026	R\$20.000
Riscos Operacionais	046692024100101180002595	30/06/2024 a 30/12/2025	R\$61.559
Veículo	34039695	04/11/2024 a 04/11/2025	100%Fipe
D&O	01109196676	04/10/2024 a 04/04/2026	R\$12.000

18. HONORÁRIO DOS ADMINISTRADORES

O total pago, referente à remuneração aos diretores e conselheiros da Companhia somaram R\$508 em 30 de junho de 2025, e em 30 de junho 2024 o montante foi de R\$461.

19. CONTINGÊNCIAS

A Administração, de acordo com o CPC 25 adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco provável	II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco possível	III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco remoto
São constituídas provisões.	As informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas.	Somente são divulgadas em notas explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações financeiras.

Em 30 de junho de 2025, a Companhia não possui contingências com risco de perda provável.

A Companhia possui as seguintes causas possíveis:

Causas administrativas ambientais perante IBAMA por supostamente deixar de atender as condicionantes específicas da Licença de Instalação da Linha de Transmissão, bem como, da ASV - Autorização de Supressão e Vegetação, que somam o valor de R\$1.256. Em 30 de junho de 2025, não foi registrada provisão de contingências decorrente deste processo.

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 15 de julho de 2025, foi divulgado pelo órgão regulador a Resolução Homologatória nº 3.481 estabelecendo as receitas anuais permitidas para o ciclo de 2025-2026 no valor de R\$119.377.

Rosane Cristina Marques de Souza
Diretora

Glicia dos Santos Lima Alcantara
Contadora
CRC nº 116761/O-0